



PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO RAMALHO

CNPJ/MF n. 46.444.790/0001-03

www.joaoramalho.sp.gov.br

PREGÃO PRESENCIAL n. 55/2019 – PROCESSO n.º 124/2019

EDITAL

*Sob a regência da Lei de Licitações n. 8.666, de 21 de junho de 1993
E suas alterações introduzidas pela Lei n. 8.883, de 08 de junho de 1994 – D.O.U. – 09/06/94*

COMPROVANTE DE RETIRADA DE EDITAL PELA INTERNET			
PROCESSO LICITATÓRIO n. 55/2019 PREGÃO PRESENCIAL N. 124/2019			
OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS DE KIT ESCOLAR, visando aquisições futuras destinadas a Secretária de Educação e Cultura.			
Razão Social			
CNPJ		Inscrição Estadual	
Endereço		Numero	Bairro
Cidade		Estado	CEP
E-mail			
Telefone		Fax	
Pessoa para contato			

Recebemos, através de acesso a página www.joaoramalho.sp.gov.br nesta data, cópia do Edital da licitação acima identificada.

Local: _____, _____ de _____ de 2020

(Assinatura)



PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO RAMALHO

CNPJ/MF n. 46.444.790/0001-03

www.joaoramalho.sp.gov.br

PREGÃO PRESENCIAL Nº 55/2019

PROCESSO n° 124/2019

FIM DO PROTOCOLO 08h30min

DATA DA REALIZAÇÃO: 04/02/2020 – 09h00min

LOCAL: Sala de Licitações na Sede da Prefeitura Municipal

OBJETO: **REGISTRO DE PREÇOS DE KIT ESCOLAR**, visando aquisições futuras destinado a Secretária de Educação e Cultura (**LICITAÇÃO COM RESERVA DE COTA DE ATÉ 25% PARA MICROEMPRESAS - ME, EMPRESAS DE PEQUENO PORTE - EPP, INCLUSIVE MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL - MEI**).

PREÂMBULO

A Prefeitura Municipal de João Ramalho, com sede à Rua Benedito Soares Marcondes nº 300 – Centro – João Ramalho SP, através do seu Prefeito Municipal o senhor **WAGNER MATHIAS**, portador da cédula de identidade nº 34.624.004 e CPF. 282.915.348-02 torna público que encontra-se aberta, nesta Prefeitura Municipal, licitação na modalidade **PREGÃO (presencial)**, do tipo **MENOR PREÇO UNITÁRIO**, objetivando o **REGISTRO DE PREÇOS DE KIT ESCOLAR**, visando aquisições futuras destinado ao a Secretária de Educação e Cultura, nos termos do Anexo I do presente Edital, que será regida pela Lei Federal nº. 10.520, de 17 de julho de 2.002, Decreto Municipal nº. 555, de 05 de maio de 2006, Decreto Municipal nº. 1.115, de 18 de setembro de 2013, aplicando-se subsidiariamente, no que couberem, as disposições da Lei Federal nº. 8.666 de 21 de junho de 1.993 e suas alterações posteriores, Lei Complementar nº. 123 de 14 de dezembro de 2006, alterada pela Lei nº. 147, de 07 de agosto de 2014 e demais normas regulamentares aplicáveis à espécie.

As propostas deverão obedecer às especificações deste instrumento convocatório e seus anexos, que dele fazem parte integrante.

Os envelopes contendo as propostas e os documentos de habilitação serão recebidos no endereço abaixo mencionado, na sessão pública de processamento do Pregão.

A sessão de processamento do Pregão será realizada na Sala de Licitações no prédio da Prefeitura Municipal, localizada à Rua Benedito Soares Marcondes nº 300, em João Ramalho-SP, será conduzida pelo Pregoeiro com o auxílio da Equipe de Apoio, designados nos autos do processo em epígrafe.

Ocorrendo decretação de feriado ou outro fato superveniente, de caráter público que impeça a realização deste evento na data acima mencionada, a licitação ficará automaticamente prorrogada para o primeiro dia útil subsequente no mesmo horário, independente de nova comunicação.

I - DO OBJETO



PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO RAMALHO

CNPJ/MF n. 46.444.790/0001-03

www.joaoramalho.sp.gov.br

1 - A presente licitação tem por objeto o **REGISTRO DE PREÇOS DE KIT ESCOLAR**, visando aquisições futuras destinadas a Secretária de Educação e Cultura, conforme especificações constantes do folheto descritivo que integra o presente Edital.

- O objeto da presente licitação está estimado em R\$ 145.720,36 (Cento e Quarenta e Cinco Mil, Setecentos e Vinte Reais e Trinta e Seis Centavos).

II - DA PARTICIPAÇÃO:

1 - Poderão participar do presente certame todos os interessados do ramo de atividade pertinente ao objeto da contratação que preencherem as condições de credenciamento constantes deste Edital.

- A licitante que preencha os requisitos legais para qualificação como **MICROEMPRESA (ME) ou EMPRESA DE PEQUENO PORTE (EPP)**, art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006, e que não esteja sujeito a quaisquer dos impedimentos do § 4º do mesmo artigo, caso tenha interesse em usufruir do tratamento favorecido estabelecido no inciso I do artigo 45 da lei citada, deverá declarar sua condição de **(ME) ou (EPP)** conforme anexo VII, parte integrante deste Edital.

III - DO CREDENCIAMENTO

1 - Para o credenciamento deverão ser apresentados os seguintes documentos:

a) tratando-se de proprietário ou sócio, o estatuto social, contrato social ou outro instrumento de registro comercial, registrado na Junta Comercial;

b) tratando-se de representante, a declaração, da qual constem poderes específicos para formular lances, negociar preço, interpor recursos e desistir de sua interposição e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame, acompanhado do correspondente documento, dentre os indicados na alínea "a", que comprove os poderes do mandante para a outorga.

2 - O representante legal deverá identificar-se no ato do credenciamento exibindo documento oficial de identificação.

3 - Será admitido apenas **1 (um)** representante para cada licitante credenciada, sendo que cada um deles poderá representar apenas uma credenciada.

4 - A ausência do Credenciado, em qualquer momento da sessão, importará a imediata exclusão da licitante por ele representada, salvo autorização expressa do Pregoeiro.

IV - DA FORMA DE APRESENTAÇÃO DA DECLARAÇÃO DE PLENO ATENDIMENTO AOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO, DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO



PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO RAMALHO

CNPJ/MF n. 46.444.790/0001-03

www.joaoramalho.sp.gov.br

1 - A declaração de pleno atendimento aos requisitos de habilitação e declaração de inexistência de impedimento legal para licitar ou contratar com a administração pública deverão ser apresentados fora dos Envelopes nºs 1 e 2.

2 - A proposta e os documentos para habilitação deverão ser apresentados, separadamente, em 02 envelopes fechados e indevassáveis, contendo em sua parte externa, além do nome da proponente, os seguintes dizeres:

Razão Social da proponente

Á

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO RAMALHO

SETOR DE LICITAÇÕES

Envelope nº 1 - Proposta - Pregão Presencial nº_/2019

Razão Social da Proponente

Á

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO RAMALHO

SETOR DE LICITAÇÕES

Envelope nº 2 - Habilitação - Pregão Presencial nº_/2019

V - DO CONTEÚDO DO ENVELOPE PROPOSTA

1 - A proposta deverá ser elaborada em papel timbrado da empresa e redigida em língua portuguesa, salvo quanto às expressões técnicas de uso corrente, com suas páginas numeradas seqüencialmente, sem rasuras, emendas, borrões ou entrelinhas e ser datada e assinada pelo representante legal da licitante ou pelo procurador, juntando-se a procuração.

a) nome, endereço, CNPJ e inscrição Estadual;

b) número do Pregão;

c) descrição do objeto da presente licitação, em conformidade com as especificações constantes do Anexo I deste Edital;



PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO RAMALHO

CNPJ/MF n. 46.444.790/0001-03

www.joaoramalho.sp.gov.br

VI - DO CONTEÚDO DO ENVELOPE "DOCUMENTOS PARA HABILITAÇÃO"

1 - O Envelope "Documentos de Habilitação" deverá conter os documentos a seguir relacionados os quais dizem respeito a:

- HABILITAÇÃO JURÍDICA

a) Registro comercial, no caso de empresa individual; (Inciso II – art. 28 LF 8.666/93)

b) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial, em se tratando de sociedades comerciais; (Inciso III – art. 28 LF 8.666/93)

c) Documentos de eleição dos atuais administradores, tratando-se de sociedades por ações, acompanhados da documentação mencionada na alínea "b", deste subitem; (Inciso III – art. 28 LF 8.666/93)

d) Ato constitutivo devidamente registrado no Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas tratando-se de sociedades civis, acompanhado de prova da diretoria em exercício; (Inciso IV – art. 28 LF 8.666/93)

e) Decreto de autorização e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, tratando-se de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, quando a atividade assim o exigir. (Inciso V – art. 28 LF 8.666/93)

- Os documentos relacionados nas alíneas "a" a "d" deste subitem 1.1 não precisarão constar do Envelope "Documentos de Habilitação", se tiverem sido apresentados para o credenciamento neste Pregão.

- REGULARIDADE FISCAL

a) prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);

b) prova de regularidade, em plena validade, para com:

- Fazenda Federal: consistindo em Certidão Negativa de tributos e contribuições federais e Certidão de quitação da dívida da união, expedida pela Procuradoria da Fazenda Nacional;

- Fazenda Estadual: relativo ao ICMS da sede do Licitante; será aceita a Certidão emitida diretamente pelo Posto Fiscal estadual, bem como a obtida através do site www.dividaativa.pge.sp.gov.br.

- Fazenda Municipal: referente aos tributos mobiliários do domicílio ou sede do licitante ou outra equivalente, na forma da Lei, com data de expedição não superior a 90 (noventa) dias da data de encerramento desta licitação, se outro prazo não constar da Certidão.

c) Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS).

d) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT) - consistindo em certidão negativa de prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho (artigo 29,



PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO RAMALHO

CNPJ/MF n. 46.444.790/0001-03

www.joaoramalho.sp.gov.br

inciso V, da Lei Federal nº 8.666/93), obtida através do site www.tst.jus.br com data de expedição não

– QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

a) Certidão negativa de falência ou recuperação de empresas expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, com data de expedição não superior a 180 (cento e oitenta) dias da data de encerramento desta licitação, se outro prazo não constar na certidão.

OUTRAS COMPROVAÇÕES

a) Declaração da licitante, elaborada em papel timbrado e subscrita por seu representante legal, de que se encontra em situação regular perante o Ministério do Trabalho, conforme modelo anexo ao Decreto estadual nº 42.911, de 06/03/1998

b) Declaração elaborada em papel timbrado e subscrita pelo representante legal da licitante, assegurando a inexistência de impedimento legal para licitar ou contratar com a Administração pública.

2 - DISPOSIÇÕES GERAIS DA HABILITAÇÃO

– A documentação exigida poderá ser apresentada no original ou através de impresso informatizado obtido via *internet*, com data de expedição não anterior a 180 (cento e oitenta) dias da data do encerramento da licitação, se outro prazo de validade não constar dos documentos;

– A documentação também poderá ser apresentada através de cópia, produzida por qualquer processo de reprodução, autenticada por cartório competente;

– As autenticações poderão também ser feitas pelo Pregoeiro ou membro da Equipe de Apoio, nos termos do artigo 32, da Lei nº 8.666/93, no ato da abertura do envelope respectivo, desde que referidas cópias se façam acompanhar dos documentos originais, sendo esses últimos devolvidos, após a autenticação requerida, ao Representante Legal presente.

3 – DO PROCEDIMENTO E DO JULGAMENTO

– No local, data e horário constantes do preâmbulo, será aberta a sessão de processamento do Pregão, iniciando-se com o credenciamento dos interessados em participar do certame.

– Após o credenciamento, as licitantes entregarão ao Pregoeiro a declaração de pleno atendimento aos requisitos de habilitação, de acordo com o estabelecido no Anexo do Edital e, em envelopes separados, a proposta de preços e os documentos de habilitação.



PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO RAMALHO

CNPJ/MF n. 46.444.790/0001-03

www.joaoramalho.sp.gov.br

– A análise das propostas pelo Pregoeiro visará ao atendimento das condições estabelecidas neste Edital e seus anexos, sendo desclassificadas as propostas:

a) cujo objeto não atenda as especificações, prazos e condições fixadas no Edital;

b) que apresentem preço baseado exclusivamente em proposta das demais licitantes.

– No tocante aos preços, as propostas serão julgadas quanto à exatidão das operações aritméticas que conduziram ao valor total orçado, procedendo-se às correções no caso de eventuais erros, tomando-se como corretos os preços unitários. As correções efetuadas serão consideradas para apuração do valor da proposta.

– Serão desconsideradas ofertas ou vantagens baseadas nas propostas das demais licitantes.

Foi estabelecido uma cota de até 25% (vinte e cinco por cento) do objeto deste certame reservada a contratação de microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedor individual, nos termos da legislação vigente

- Caso não haja nenhum proponente para as cotas de até 25% (vinte e cinco por cento) destinados para as microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedor individual, os itens reservados, serão abertos à ampla participação, objetivando a contratação dos respectivos itens.

– As propostas não desclassificadas serão selecionadas para a etapa de lances, com observância dos seguintes critérios:

a) seleção da proposta de menor preço e das demais com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela;

b) não havendo pelo menos 03 (três) preços na condição definida na alínea anterior, serão selecionadas as propostas que apresentarem os menores preços, até o máximo de 03 (três). No caso de empate nos preços, serão admitidas todas as propostas empatadas, independentemente do número de licitantes.

– O Pregoeiro convidará individualmente os autores das propostas selecionadas a formular lances de forma seqüencial, a partir do autor da proposta de maior preço e os demais em ordem decrescente de valor, decidindo-se por meio de sorteio no caso de empate de preços.

– A licitante sorteada em primeiro lugar poderá escolher a posição na ordenação de lances em relação aos demais empatados, e assim sucessivamente até a definição completa da ordem de lances.

3.5.2. – Para efeito de seleção será considerado o preço unitário por item.



PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO RAMALHO

CNPJ/MF n. 46.444.790/0001-03

www.joaoramalho.sp.gov.br

– Os lances deverão ser formulados em valores distintos e decrescentes, inferiores à proposta de menor preço, observada a redução mínima entre os lances de R\$ 0,01 (um Centavo), aplicável inclusive em relação ao primeiro. A aplicação do valor de redução mínima entre os lances, incidirá sobre o preço unitário de cada item.

– A etapa de lances será considerada encerrada quando todos os participantes dessa etapa declinarem da formulação de lances.

– Encerrada a etapa de lances, serão classificadas as propostas selecionadas e não selecionadas para a etapa de lances, na ordem crescente dos valores, considerando-se para as selecionadas o último preço ofertado.

– Na hipótese de que a proposta ofertada por microempresa ou empresa de pequeno porte seja até 5% (cinco por cento) superior à de menor preço apresentada por empresa sem essas características, a licitante tipificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, será convocada a apresentar nova proposta no prazo máximo de 5 (cinco) minutos, sob pena de preclusão.

- Se houver empate dos valores das propostas apresentadas pelas microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedor individual, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela primeira poderá exercer a preferência em apresentar nova proposta.

- O exercício do direito de preferência somente será apresentada se a melhor proposta da fase de lances não tiver sido apresentada por microempresa, empresa de pequeno porte ou microempreendedor individual.

- Não ocorrendo a contratação da microempresa, empresa de pequeno porte ou microempreendedor individual, retomar-se-ão, em sessão pública, os procedimentos relativos à licitação, nos termos do disposto no art. 4º, inciso XXIII, da Lei 10.520/02, sendo assegurado o exercício do direito de preferência na hipótese de haver participação de demais microempresa, empresa de pequeno porte ou microempreendedor individual cujas propostas se encontre conforme subitem 3.8.1 do presente edital.

a) Na hipótese da não contratação da microempresa, empresa de pequeno porte ou microempreendedor individual, e não configurado a hipótese prevista no subitem 3.8.1, será declarada a melhor oferta, a proposta originalmente vencedora da fase de lances.

– O Pregoeiro poderá negociar com o autor da oferta de menor valor com vistas à redução do preço.

– Após a negociação, se houver, o Pregoeiro examinará a aceitabilidade do menor preço, decidindo motivadamente a respeito.



PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO RAMALHO

CNPJ/MF n. 46.444.790/0001-03

www.joaoramalho.sp.gov.br

– A aceitabilidade será aferida a partir dos preços de mercado vigentes na data da apresentação das propostas, apurados mediante pesquisa realizada pelo órgão licitante, que será juntada aos autos por ocasião do julgamento.

– Considerada aceitável a oferta de menor preço, será aberto o envelope contendo os documentos de habilitação de seu autor.

- Não poderá haver desistência dos lances ofertados, sujeitando-se o licitante desistente às penalidades legais cabíveis.

- Considerada aceitável a oferta de menor preço, no momento oportuno, a critério do Pregoeiro, será verificado o atendimento do licitante às condições habilitatórias estipuladas neste edital.

– Eventuais falhas, omissões ou outras irregularidades nos documentos de habilitação poderão ser sanadas na sessão pública de processamento do Pregão, até a decisão sobre a habilitação, inclusive mediante:

a) substituição e apresentação de documentos; ou

b) verificação efetuada por meio eletrônico hábil de informações.

– A verificação será certificada pelo Pregoeiro e deverão ser anexados aos autos os documentos passíveis de obtenção por meio eletrônico, salvo impossibilidade devidamente justificada.

– A Administração não se responsabilizará pela eventual indisponibilidade dos meios eletrônicos, no momento da verificação. Ocorrendo essa indisponibilidade e não sendo apresentados os documentos alcançados pela verificação, a licitante será inabilitada.

- Para aferir o exato cumprimento das condições estabelecidas no item VI e subitens do item VI, o Pregoeiro se necessário, diligenciará junto ao Órgão emissor do Certificado de Registro Cadastral apresentado.

– Constatado o atendimento dos requisitos de habilitação previstos neste Edital, a licitante será habilitada e declarada vencedora do certame.

– Após a empresa ser declarada vencedora ela deverá apresentar amostra dos itens 1, 5, 7, 8, 9, 13, 16, 20 e 27.

– Se a licitante desatender as exigências para a habilitação e a amostra não for aprovado pela responsável, o Pregoeiro examinará a oferta subsequente de menor preço, negociará com o seu autor, decidirá sobre a sua aceitabilidade e, em caso positivo, verificará as condições de habilitação e amostras e assim sucessivamente, até



PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO RAMALHO

CNPJ/MF n. 46.444.790/0001-03

www.joaoramalho.sp.gov.br

a apuração de uma oferta aceitável cujo autor atenda os requisitos de habilitação, caso em que será declarado vencedor.

– Na hipótese de o primeiro colocado for caracterizado como microempresa ou empresa de pequeno porte e houver restrição quanto a comprovação da regularidade fiscal, o Pregoeiro suspenderá a sessão e concederá 5 (cinco) dias úteis, prorrogáveis por igual período, para regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa. A não regularização no prazo previsto implicará na decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no artigo 81, da Lei nº 8.666/93, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação para assinatura para contrato, ou revogar a licitação.

4 – DO RECURSO, DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO

– No final da sessão, a licitante que quiser recorrer deverá manifestar imediata e motivadamente a sua intenção, abrindo-se então prazo de 03 (três) dias úteis para apresentação de memoriais, ficando as demais licitantes desde logo intimadas para apresentarem contra-razões em igual número de dias, que começarão a correr no término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

– A ausência de manifestação imediata e motivada da licitante importará: a decadência do direito de recurso, a adjudicação do objeto do certame pelo Pregoeiro à licitante vencedora e o encaminhamento do processo à autoridade competente para a homologação.

– Interposto o recurso, o Pregoeiro poderá reconsiderar a sua decisão ou encaminhá-lo devidamente informado à autoridade competente.

– Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente adjudicará o objeto do certame à licitante vencedora e homologará o procedimento.

– O recurso não terá efeito suspensivo e o seu acolhimento importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

– A adjudicação será feita por *item*.

– Nos eventuais recursos, a Recorrente deverá observar o seguinte:

– Somente serão válidas razões de recurso, bem como os documentos originais protocolados e devidamente assinados por seus representantes, na Secretaria da Prefeitura Municipal de João Ramalho, na Rua Benedito Soares Marcondes, nº 300 – Centro – João Ramalho-SP, no horário de expediente, ou seja, das 08:00 às 11:00 horas e das 13:00 às 17:00 horas.



PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO RAMALHO

CNPJ/MF n. 46.444.790/0001-03

www.joaoramalho.sp.gov.br

- Não protocolando na forma definida, o Pregoeiro não apreciará o teor das citadas razões de recurso.

5 - DO PRAZO DE VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

- O prazo de validade do registro de preços será de 12 (doze) meses, contado a partir da data da publicação da respectiva Ata.

6 - DAS CONTRATAÇÕES

- Os fornecedores de bens incluídos na ata de registro de preços estarão obrigados a celebrar os contratos que poderão advir, nas condições estabelecidas no ato convocatório, nos respectivos anexos e na própria Ata.

- A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do registro a preferência de contratação em igualdade de condições.

- Quando da necessidade de contratação, a Prefeitura Municipal, consultará o Setor de Licitações e Compras para obter a indicação do fornecedor, dos quantitativos a que este ainda se encontra obrigado e dos preços registrados.

- Com as informações do Setor de Licitações e Compras, será convocado o fornecedor indicado, celebrando o contrato ou instrumento equivalente.

- Para instruir a formalização dos contratos ou instrumento equivalente, o fornecedor do bem deverá providenciar e encaminhar ao órgão contratante, no prazo de 02 (dois) dias úteis a partir da data da convocação, certidões negativas de débitos para com o Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS), o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), sob pena de a contratação não se concretizar.

- Se as certidões anteriormente apresentadas para habilitação ou constantes do cadastro estiverem dentro do prazo de validade, o fornecedor ficará dispensado da apresentação das mesmas.

- O fornecedor deverá, no prazo de 05 (cinco) dias corridos contados da data da convocação, comparecer ao órgão contratante para assinar o termo de contrato ou retirar instrumento equivalente.

7 – DAS SOLICITAÇÕES, DOS PRAZOS, DAS CONDIÇÕES E LOCAL DE ENTREGA

O objeto da presente licitação deverá ser fornecido parceladamente de acordo com a necessidade e solicitação do Setor competente.

O objeto, será solicitado, durante o período de vigência da Ata de Registro de Preços, através de telefone ou e-mail e mediante emissão de requisição do setor de compras;



PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO RAMALHO

CNPJ/MF n. 46.444.790/0001-03

www.joaoramalho.sp.gov.br

Após requisição da contratante, a detentora da Ata de Registro de Preços terá o prazo de 10 (dez) dias corridos a contar do recebimento do pedido, para efetuar o fornecimento solicitado.

Na hipótese de substituição, a detentora da Ata de Registro de Preços deverá fazê-la em conformidade com a indicação da Administração, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados da notificação por escrito, mantido o preço inicialmente contratado;

Se disser respeito à diferença de quantidade ou de partes, determinar sua complementação ou rescindir a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis;

Na hipótese de complementação, a Contratada deverá fazê-la em conformidade com a indicação do Contratante, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados da notificação por escrito, mantido o preço inicialmente contratado.

A entrega do objeto da presente licitação, deverá ser efetuada na Rua Paulo de Azevedo, nº 320 – Centro, Secretaria Municipal de Educação e Cultura, em João Ramalho- SP.

O presente edital está vinculado à proposta da CONTRATADA e ao processo nº **124/2019**.

O avençado não poderá ser objeto de cessão ou transferência pela DETENTORA DA ATA, sem autorização por escrito do ÓRGÃO GERENCIADOR, sob pena de aplicação de penalidades e sanções, inclusive rescisão.

Em nenhuma hipótese será admitido o atraso no fornecimento do objeto contratado.

A DETENTORA DA ATA terá de cumprir o prazo de entrega pactuado e:

- a) Garantir a boa qualidade dos produtos fornecidos;

A Ata de Registro de Preços vigorará por 12 (doze) meses, com início a partir de sua publicação.

8 – DA FORMA DE PAGAMENTO E DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

– De conformidade com a disponibilidade de recursos financeiros, a Administração projetará prazos de pagamento para até 30 (trinta) dias a partir da data de entrega da nota(s) fiscal(is) / Fatura(s) devidamente atestada(s) pelo Setor Competente.

– A Prefeitura Municipal de João Ramalho efetuará os pagamentos na Modalidade Transferência Bancária através de DOC (Documento de Ordem de Crédito / TED (Transferência Eletrônica Disponível) em nome da Contratada, exclusivamente no Banco do Brasil.



PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO RAMALHO

CNPJ/MF n. 46.444.790/0001-03

www.joaoramalho.sp.gov.br

– Em eventuais atrasos no pagamento, quando por culpa da Prefeitura Municipal, o valor devido será atualizado, da data de vencimento à do efetivo pagamento, pela variação da TR – Taxa referencial, calculada pro rata die.

8.4 - A contratação decorrente desta licitação será formalizada mediante celebração de termo de Ata de Registro de Preço, cuja respectiva minuta constitui anexo do presente ato convocatório, e onerará recursos das seguintes dotações orçamentárias:

12365004120330000 MANUT, EDUCAÇÃO INFANTIL-CRECHE

278 33.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO ED 0.01.00-210 000

279 3.3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO 0.05.00-210 000

12365004120330001 QMSE

283 3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO 0.05.00-210 000

12365004120760000 MANUT. ENSINO INFANTIL PRÉ ESCOLA

291 3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO 0.01.00-210 000

292 3.3.90.3000 MATERIAL DE CONSUMO 0.05.00-210 000

12365004120760001 QMSE

295 3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO 0.05.00-210 000

12361004220290000 MANUT. ENSINO FUNDAMENTAL

312 3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO 0.01.00-220 000

313 3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO 0.02.00-220 000

12361004220290001 QMSE

318 3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO 0.05.00-220 000

12361004220400000 MANUT. ENSINO FUNDAMENTAL 40% - FUNDEB

328 3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO 0.05.00-220 000

12361004120420000 MANUT. ENSINO INFANTIL CRECHE 40% - FUNDEB

339 3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO 0.02.00-262 000

12365004120630000 MANUTENÇÃO ENSINO INFANTIL PRÉ-ESCOLA 40% FUNDEB

349 3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO 0.02.00-262 000

9 – DA ATUALIZAÇÃO/REAJUSTAMENTO DOS PREÇOS

– O preço é fixo e irrevogável, garantindo-se, todavia, a manutenção do equilíbrio econômico financeiro, nos termos do Artigo 65, da Lei Federal nº 8.666/93 e alterações posteriores.

- Considerando que os preços dos itens podem sofrer alterações tanto para mais quanto para menos, obriga-se a contratada a informar no caso de redução do preço, de modo a evitar prejuízos a Administração Pública.

10 – DAS SANÇÕES PARA O CASO DE INADIMPLENTO

– A licitante, que convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar a ata, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com o Poder Público, pelo prazo de até



PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO RAMALHO

CNPJ/MF n. 46.444.790/0001-03

www.joaoramalho.sp.gov.br

05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e no contrato e das demais cominações legais.

– A recusa injustificada do adjudicatário em assinar a ata, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-se, sem prejuízo das demais sanções previstas nos incisos III e IV, do artigo 87, da Lei nº. 8.666/93, e multa pecuniária de 50% (cinquenta por cento) sobre o valor da obrigação não cumprida.

– Pela inexecução total ou parcial da Ata de Registro de Preços a Prefeitura poderá, garantida a defesa prévia, aplicar à Contratada as seguintes sanções:

10.3.1. – advertência;

– multa indenizatória pecuniária de 10% (dez por cento) sobre o valor da obrigação não cumprida;

– suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 02 (dois) anos.

– declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no subitem 10.3.3 desta Cláusula.

– as sanções previstas acima, poderão ser aplicadas cumulativamente, facultada a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, nos seguintes prazos:

– das sanções estabelecidas no item 10.3, subitens 10.3.1, 10.3.2 e 10.3.3, no prazo de 05 (cinco) dias úteis da intimação da Contratada;

– da sanção estabelecida no item 10.3, subitem 10.3.4, no prazo de 10 (dez) dias da abertura de vista, podendo ser requerida a reabilitação 02 (dois) anos após a aplicação da pena;

– O atraso injustificado no fornecimento, sem prejuízo do disposto no parágrafo primeiro do artigo 86, da Lei nº 8.666/93, sujeitará a contratada à multa de mora, calculada na proporção de 1% (um por cento) ao dia, sobre o valor da obrigação não cumprida.

– Tudo o que for fornecido incorretamente e, portanto não aceito, deverá ser substituído por outro, na especificação correta, no prazo previsto no item 7.4 e 7.5.1 deste Edital;

– a não ocorrência de substituição no prazo definido, ensejará a aplicação da multa definida no item 10.3 e subitens deste Edital.



PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO RAMALHO

CNPJ/MF n. 46.444.790/0001-03

www.joaoramalho.sp.gov.br

- As sanções previstas nos itens 10.1, 10.2, 10.3, 10.4 e subitens poderão ser aplicados cumulativamente de acordo com circunstâncias do caso concreto.
- O valor da multa será automaticamente descontado de pagamento a que a contratada tenha direito, originário de fornecimento anterior ou futuro;
- não havendo possibilidade dessa forma de compensação, o valor da multa, atualizado, deverá ser pago pelo inadimplente na Tesouraria Municipal, na condição “à vista”. Na ocorrência do não pagamento, o valor será cobrado judicialmente.

11 – DAS IMPUGNAÇÕES AO EDITAL

- Até 02 (dois) dias úteis anteriores à data fixada para recebimento das propostas, qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar o ato convocatório do Pregão.
- As petições deverão ser protocoladas junto a Secretaria da Prefeitura Municipal de João Ramalho, sito na Rua Benedito Soares Marcondes, nº. 300, Centro, João Ramalho/SP, no horário das 08h00min às 11h00min e das 13h00min às 17h00min, dirigida à autoridade subscritora do Edital, que decidirá no prazo de 03 (três) dias úteis.
- Acolhida a petição contra o Ato Convocatório, será designada nova data para a realização do certame.
- Em caso de alteração no texto do Edital e de seus anexos, que afete a formulação das propostas, o prazo de divulgação será restituído na íntegra.
- Nos eventuais atos de impugnações, o interessado deverá obedecer ao procedimento abaixo:
 - somente serão válidos os documentos originais, os quais deverão ser protocolados na Secretaria da Prefeitura Municipal de João Ramalho, sito na Rua Benedito Soares Marcondes, nº. 300, Centro, João Ramalho/SP, no horário das 08h00min às 11h00min e das 13h00min às 17h00min;

11.2.4 – não protocolando na forma definida, o Pregoeiro não apreciará o teor dos citados documentos.

12 – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

- As normas disciplinadoras desta licitação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa, respeitada a igualdade de oportunidade entre as licitantes e desde que não comprometam o interesse público, a finalidade e a segurança da contratação.
- De todas as sessões públicas realizadas para esta licitação será lavrada ata circunstanciada dos trabalhos, onde serão registradas as impugnações fundamentadas porventura apresentadas pelos representantes legais presentes.



PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO RAMALHO

CNPJ/MF n. 46.444.790/0001-03

www.joaoramalho.sp.gov.br

- As recusas ou as impossibilidades de assinaturas devem ser registradas expressamente na própria Ata.
- Todos os documentos de habilitação cujos envelopes forem abertos na sessão e as propostas serão rubricadas pelo Pregoeiro e pelos licitantes presentes que desejarem.
- O Comunicado de Abertura de Licitação, bem como resultado do presente certame será divulgado através de publicação na imprensa oficial e no Átrio da Prefeitura Municipal de João Ramalho.
- Os demais atos pertinentes, como intimações, comunicados e outros relativos à licitação presente, quando necessários serão formalizados através de publicação imprensa oficial.
- Os envelopes contendo os documentos de habilitação das demais licitantes serão devolvidos oportunamente, após a celebração do contrato ou instrumento equivalente.
- Os casos omissos do presente Pregão serão solucionados pelo Pregoeiro.
- A qualquer tempo esta licitação poderá ser anulada ou revogada, com amparo na legislação que rege o presente certame.
- Informações complementares que se fizerem necessárias deverão ser procurados pelo interessado na Prefeitura Municipal de João Ramalho, sito na Rua Benedito Soares Marcondes, nº. 300, Centro, João Ramalho/SP, no horário das 08h00min às 11h00min e das 13h00min às 17h00min, telefax (18) 3998-1107.

João Ramalho-SP, 22 de janeiro de 2020.

WAGNER MATHIAS

Prefeito Municipal



PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO RAMALHO

CNPJ/MF n. 46.444.790/0001-03

www.joaoramalho.sp.gov.br

ANEXO I - TERMO DE REFERENCIA PROCESSO LICITATÓRIO N.º 55/2019 Pregão Presencial n.º 124/2019

1. OBJETO : REGISTRO DE PREÇOS DE KIT ESCOLAR, visando aquisições futuras destinado a Secretária Municipal de Educação e Cultura.

2. CARACTERÍSTICAS:

<u>ITEM</u>	<u>QUANT.</u>	<u>DESCRIÇÃO</u>
1	490	Apontador plástico tipo escolar, formato cilíndrico com lâminas de aço temperado, com dois furos e depósito, feito com resina termoplástica semitransparente, com as dimensões aproximadas: 40 x 40 x 40mm. O produto deve ser certificado junto ao Inmetro e ocp0061 (segurança do artigo escolar). O vencedor deverá apresentar na entrega da amostra do produto o laudo em conformidade com a norma ABNT NBR 15236 (toxicologia) do ensaio de irritação cutânea primária e/ou ensaio de sensibilização cutânea maximizada e/ou ensaio de toxicidade oral emitido por laboratório credenciado pela Anvisa/Inmetro e certificado de conformidade para artigos escolares ocp0061
2	155	Avental infantil em silicone escolar personalizado confeccionado em tecido oxford 100% poliéster com forro em plástico pvc cristal, tiras para o pescoço de 40 cm, tiras para a cintura de 40 cm cada produzidas do mesmo tecido, logotipo frontal aplicado em serigrafia em alta definição, nas medidas de 50x60 cm. Ideal para atividades artística. Fácil de limpar. Cor: vermelho.
3	520	Caderno de linguagem brochura de 1 matéria, personalizado, com pauta, costurado ou grampeado, capa e contracapa dura, gramatura de 600 g/m ² , e guarda 120 g/m ² produzido à partir de composição fibrosa, com pautas azuis e margem. Com no mínimo de 96 folhas internas na cor branca, impressa em offset no papel de 56 g/m ² , formato mínimo de 200 x 275 mm O caderno deverá conter estampado em sua capa Brasão e nome do município, campo para identificação do aluno e na contra capa dados pessoais e horário de aulas semanal. O material deve estar de acordo com as normas da ABNT, contendo na contracapa as informações do fabricante, bem como o formato e quantidade de folhas. Conter preferencialmente selo do FSC e CEFLORE
4	460	Caderno espiral universitário capa dura de 96 folhas (1 matéria). O verso da capa deverá ser impresso campo para preenchimento dos dados do aluno: Nome, endereço, telefone, nome de escola, endereço e telefone do professor e campo para observação com 3 linhas, com Impressão em 4 cores. No verso da contracapa deverá ser impresso em offset o Hino Nacional e o Hino do Município, com impressão em uma cor.
5	645	Caneta hidrográfica jumbo, estojo com 12 cores, com corpos injetados



PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO RAMALHO

CNPJ/MF n. 46.444.790/0001-03

www.joaoramalho.sp.gov.br

		<p>em poliestireno cristal nas cores da tinta e impressos com o nome do fabricante. Cada caneta deverá ter tampa de proteção da ponta injetada em polietileno, possuir tinta atóxica a base de água acondicionada em pavio de poliéster. A embalagem do conjunto deve ser em cartela de PVC cristal com sistema de lacre. O produto deve apresentar prazo de validade de no mínimo um ano a partir da data de fabricação. O vencedor deverá apresentar na entrega da amostra do produto o laudo em conformidade com a norma ABNT NBR 15236 (toxicologia) do ensaio de irritação cutânea primária e/ou ensaio de sensibilização cutânea maximizada e/ou ensaio de toxicidade oral emitido por laboratório credenciado pela Anvisa/Inmetro e certificado de conformidade para artigos escolares ocp0061</p>
6	610	<p>Estojo escolar confeccionado em tecido de Poliéster 100%, com uma das faces plastificadas em PVC 100%, com gramatura 380 g/m² (variação de + ou - 5%), denominado poliéster, na composição de 27,80% de poliéster e 72,20% de PVC. A cor do tecido deverá ser vermelha. Sua parte de acoplagem principal confeccionada em tecido de poliéster 100%, com uma das faces plastificadas em PVC 100%, com gramatura 380 g/m² (variação de + ou - 5%), denominado poliéster, na composição de 27,80% de poliéster e 72,20% de PVC, na cor vermelha tem as seguintes medidas 6,5 cm de largura e sua base e 3,5cm de largura em no contorno superior, 21,5cm de comprimento e 10cm de altura, sendo todo contornado em vivo PVC na cor branca. Com fechamento em zíper 06 na cor vermelha medindo 21,5cm de comprimento e um cursor prata em metal, e um puxador em PVC acoplado com expandido soldado, externo na cor vermelha. Sua parte de acoplagem secundária tecido de Poliéster 100%, com uma das faces plastificadas em PVC 100%, com gramatura 380 g/m² (variação de + ou - 5%), denominado poliéster, na composição de 27,80% de poliéster e 72,20% de PVC, com sua base principal na cor vermelha, tem as seguintes medidas 21,5cm de comprimento e 9,5cm de altura sendo fechada em zíper 06 Nylon na cor vermelha medindo 21,5cm de comprimento e um cursor prata em Metal. Entre a parte de acoplagem principal e a parte de acoplagem secundária, detalhe para acabamento confeccionado em tecido de poliéster 100%, com uma das faces plastificadas em PVC 100%, com gramatura 380 g/m² (variação de + ou - 5%), denominado Poliéster, na composição de 27,80% de Poliéster e 72,20% de PVC, na cor vermelha, medindo 215 mm de comprimento e 20 mm de altura. O produto deverá ser personalizado através da arte fornecida pela prefeitura através de impressão de alta definição.</p>
7	275	<p>Gizao de cera, formato cilindrico, estojo com 06 cores diversas sendo: vermelho, preta, marrom, amarelo, verde, azul. Acondicionado em caixa de papelão resistente. O produto deverá ser resistente e indicado para uso em pinturas e desenhos sobre papel, papel cartão e cartolina, não manchar as mãos e ser atóxico. Composição: Pigmentos orgânicos, ceras, cargas minerais; Comprimento aproximado 60mm, diâmetro aproximado 25mm, com 180grs, conter certificação do Inmetro e selo</p>



PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO RAMALHO

CNPJ/MF n. 46.444.790/0001-03

www.joaoramalho.sp.gov.br

		INNAC ocp0061 ou outro laboratório credenciado pelo Inmetro; validade mínima de 2 anos. Deverá apresentar na entrega da amostra do produto o laudo em conformidade com a norma ABNT NBR 15236 (toxicologia) do ensaio de irritação cutânea primária e/ou ensaio de sensibilização cutânea maximizada e/ou ensaio de toxicidade oral emitido por laboratório credenciado pela Anvisa/Inmetro e/ou certificado de conformidade para artigos escolares OCP0061
8	610	Lápis de cor inteiro grande, jumbo, resistente, todos apontados para utilização imediata, deverá apresentar traço nítido, resistência para suportar a pressão normal de uso, formato triangular, caixa com 12 cores - Caixa contendo 12 unidades de lápis em cores sendo, rosa, vermelho, laranja, amarelo, marrom, verde folha, verde bandeira, azul claro, azul escuro, lilás, preto, vermelho vivo, com formato triangular, contendo na embalagem apontador próprio, confeccionado com materiais totalmente atóxicos. Mina colorida do grafite centralizada com no mínimo 3,8mm de diâmetro, composto de pigmentos aglutinantes, carga inerte, resina e ceras, com alto poder de cobertura e atóxico. Ser acondicionado em embalagem de papelão Dimensões aproximadas: 175mm de comprimento x 6,9mm de diâmetro. Deverá trazer certificação do Inmetro e norma ABNT/NBR 15236/2005; O vencedor deverá apresentar na entrega da amostra do produto o laudo em conformidade com a norma ABNT NBR 15236 (toxicologia) do ensaio de irritação cutânea primária e/ou ensaio de sensibilização cutânea maximizada e/ou ensaio de toxicidade oral emitido por laboratório credenciado pela Anvisa/Inmetro e/ou certificado de conformidade para artigos escolares ocp0061
9	490	Lápis preto, Nº 2 = HB, Confeccionado em resina termoplástica, isenta de nós, com rígida fixação do grafite de maneira a não permitir seu descolamento ou quebra durante o apontamento, o qual deverá formar cavaco contínuo e uniforme. Formato sextavado ou redondo. Deverá ser recoberto com tinta e verniz atóxicos ou ainda recoberto com resina plástica e corante, não laváveis. Deverão, ainda, possuir inscrição legível e indelével no corpo do lápis contendo nome ou marca do fabricante, bem como identificação do número. A barra interna de grafite deverá possuir resistência adequada, constituição uniforme e sem impurezas. Deverá apresentar na entrega da amostra do produto o laudo em conformidade com a norma ABNT NBR 15236 (toxicologia) do ensaio de irritação cutânea primária e/ou ensaio de sensibilização cutânea maximizada e/ou ensaio de toxicidade oral emitido por laboratório credenciado pela Anvisa/Inmetro e/ou certificado de conformidade para artigos escolares ocp0061
10	380	Massinha de modelar tipo soft com 12 cores com aroma. O produto deverá ser totalmente antitóxico e antialérgico, acondicionado em caixa de papelão com 180g. Composição aroma, cloreto de sódio, glúten, carboidrato de cereais, água e aditivos. Apresentar-se macia, não esfarelar, manter sua plasticidade fora da embalagem e não endurecer em contato com o ar.



PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO RAMALHO

CNPJ/MF n. 46.444.790/0001-03

www.joaoramalho.sp.gov.br

11	645	<p>Mochila escolar personalizada para uso infantil confeccionada em Nylon 70 PVC MT de espessura 0,3mm composição 20% Poliamida e 80% PVC, nas cores vermelho. Costas: Confeccionada na cor vermelho medindo 41,5cm de Altura e 28cm de Largura, medida essa aferida entre as Alças Inferiores, sendo forrada com o mesmo material da Mochila com estofamento em Espuma Pack 4mm com fixação através de uma costura vertical anatômica, com a parte Superior curvilínea. Alças de costas: Confeccionadas na cor vermelha medindo 38,5cm de Comprimento e 5,5cm de Largura, sendo preenchida com Espuma Pack 4mm com acabamento em fios de polipropileno de 30mm com 30 fios mais 1 fio na trama, na cor vermelha, fixada na parte superior da mochila paralelamente; complemento da Alça em fios de polipropileno de 30mm com 30 fios mais 1 fio na trama medindo 47cm acabado (sua origem é entre as Costas da Lateral da Mochila), a junção das duas Alças deverá ser feita através de Castelo preto de 30mm. Alça de Mão: Confeccionada em Material Com Fios de Polipropileno de 30 fios mais 1 fio na trama, , na cor vermelho medindo 26cm acabado, fixada junto com as Alças das Costas. Cabedal Principal Parte Inferior: Confeccionado em Nylon 70, na cor vermelho medindo 14 cm de Largura e 67cm de Comprimento. Cabedal Principal Parte Superior: Composto de duas partes; a parte Posterior deverá ser confeccionada em Nylon 70, na cor vermelho medindo 60cm de Comprimento e 8cm de Largura, O Zíper deverá ser fixado com costura única, Parte Anterior deverá ser confeccionada em Nylon 70, na cor Azul Pantone Modelo TPX 193921 medindo 60cm de Comprimento e 4cm de Largura na Parte Central, com fechamento em Zíper, na cor vermelho medindo 60cm de Comprimento e um Cursor Nº 06 banhado em Níquel com puxadores em PVC acoplado com expandido soldado, externo na cor vermelho. O produto deverá ser personalizado através da arte fornecida pela prefeitura através de impressão de alta definição.</p>
12	35	<p>Necessaire infantil, tamanho 12x21x8, Nécessaire retangular na cor vermelha, vivo branco, Feita em poliéster 27D de alta qualidade. Impressão externa personalizada, Com puxadores de silicone, Possui 1 bolso interno e 1 bolso externo ambos com fechamento de zíper.</p>
13	490	<p>COTA - Borracha escolar, fabricada em resina sintética plastificante, carga e capa termoplástica, sem corante e macia, com capa protetora, medindo aproximadamente 45x30x15mm especial para apagar escrita a lápis sem borrar ou manchar o papel. Deverá apresentar na entrega da amostra do produto o laudo em conformidade com a norma ABNT NBR 15236 (toxicologia) do ensaio de irritação cutânea primária e/ou ensaio de sensibilização cutânea maximizada e/ou ensaio de toxicidade oral emitido por laboratório credenciado pela Anvisa/Inmetro e certificado de conformidade para artigos escolares ocp0061</p>
14	610	<p>COTA - Caderno de desenho tipo cartografia, personalizado, capa dura, acabamento em wire-o de duplo anel ou espiral metálico, contendo no mínimo 95 folhas sem papel de seda, medindo aproximadamente 200</p>



PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO RAMALHO

CNPJ/MF n. 46.444.790/0001-03

www.joaoramalho.sp.gov.br

		mm x 275 mm, capa em papel triplex branco 350 g/m ² , papelão L1 (lado1) com brilho, L2 (lado 2) fosco, capa L1 com laminação em auto brilho envernizada, com perfuração em wire-o quadrado; Miolo em papel chambril de 1 linha, papel 56g/m ² branco, com perfuração em wire-o quadrado; Espiral metálico ou em wire-o de duplo anel na cor prata com 23 anéis, na medida 3/4 de polegada; Capa e contra capa personalizada com impressão offset em 4 cores conforme arte a ser fornecida pela Prefeitura com aplicação de plastificação polipropileno. A capa e contra capa deverá ser personalizada conforme arte a ser disponibilizada pela prefeitura, com impressão em 4x0 cores. O verso da capa deverá ser impresso campo para preenchimento dos dados do aluno: Nome, endereço, telefone, nome e celular do pai, nome e celular da mãe, data de nascimento, alergias, grupo sanguíneo, nome da escola, endereço e telefone do professor e campo para observação com 3 linhas, com impressão em 4 cores; No verso da contracapa deverá ser impresso em offset o Hino Nacional
15	645	COTA - Caixa de Tinta Guache c/ 12 cores
16	610	COTA - Cola escolar branca, contendo 110 gramas, acondicionada em frasco plástico de polietileno de baixa densidade com tampa de rosca e bico dosador. Composição: acetato de polivinila atóxica. O produto deverá ser indicado para uso escolar, lavável e atóxico, com poder adesivo, lavável, secagem rápida, homogênea, não podendo manchar a região aplicada. A cola não deverá apresentar odor pútrido, nem exalar vapores tóxicos. Deverá constar na embalagem do produto. Composição, código de barras, marca, conteúdo e validade. O vencedor deverá apresentar na entrega da amostra do produto o laudo em conformidade com a norma ABNT NBR 15236 (toxicologia) do ensaio de irritação cutânea primária e/ou ensaio de sensibilização cutânea maximizada e/ou ensaio de toxicidade oral emitido por laboratório credenciado pela Anvisa/Inmetro e certificado de conformidade para artigos escolares ocp0061
17	70	COTA - Chupetas ortodônticas, bico de silicone, infantil
18	35	COTA - Fralda de Boca, 100% algodão, com bainha
19	645	COTA - Caderno de linguagem brochura de 1 matéria, personalizado, com pauta, costurado ou grampeado, capa e contracapa dura plastificada, gramatura de 600 g/m ² , e guarda 120 g/m ² produzido à partir de composição fibrosa, com pautas e margens azuis. Com no mínimo 22 linhas pautadas e 48 folhas internas na cor branca impressa em offset no papel de 56 g/m ² , formato mínimo de 140x202mm; O caderno deverá conter o Brasão, nome do município e campo para identificação do aluno; O material deve estar de acordo com as normas da ABNT, contendo na contracapa as informações do fabricante, bem como o formato e quantidade de folhas. Conter preferencialmente selo FSC e CEFLOR
20	35	COTA - Fralda descartável pediátrica (INFANTIL) - TAMANHO P; contendo 30 unidades, com gel, tripla proteção, de formato anatômico, de cintura ajustável, dotada de recortes nas pernas, com



PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO RAMALHO

CNPJ/MF n. 46.444.790/0001-03

www.joaoramalho.sp.gov.br

		ajustes perfeito e livre de vazamentos, camada interna e externa perfeitamente sobreposta, com bordas unidas entre si, fixando a camada intermediária, evitando seu deslocamento durante o uso; sistema de blockgel com canais ativos e PH balanceado, que permita a distribuição rápida da urina, mantendo a pele da criança seca e livre de assaduras; com filme de polietileno, polpa de celulose, polímero super absorvente, não tecido de polipropileno, não tecido de fibras bi-componentes e fibras poliéster, adesivo termo plástico, fios de elásticos, fitas adesivas; deverá ser dotada de faixa multi-ajustável de 2 tiras adesivas abre-fecha, devidamente impregnada de substância aderente antialérgica, possuindo nas extremidades pequena dobradura que permita preservar sua adesividade e o fácil manuseio; componentes atóxicos não propensos a causar irritação em contato com a pele. Data de fabricação e prazo de validade impressa na embalagem. apresentar amostra.
21	35	COTA - Lenço umedecido, não tecido, na cor branca, fragrância suave, atóxico, a embalagem deverá conter identificação do produto, composição do produto, marca do fabricante, datas de fabricação e de validade, embalagem com 400 unidades.
22	35	COTA - Pasta Polionda tamanho Ofício 335x245x55 mm, cor Azul
23	120	COTA - Pasta Polionda tamanho Ofício 335x245x55 mm, cor vermelho
24	120	COTA - Pasta Polionda tamanho Ofício 335x245x55 mm, cor verde
25	645	COTA - Pincel no formato chato, cabo longo em madeira, kit contendo 3 unidades nos tamanhos 4, 8 e 16, com cerdas de pelo animal e virola de alumínio.
26	490	COTA - Régua 30cm em poliestireno cristal, impressa através de serigrafia por cura ultravioleta, com tintas livres de solvente e atóxicas, impressão das escalas com divisão em milímetros, detalhes a cada 5 milímetros com marcações numeradas a cada centímetro na cor preta, devendo trazer também a marca do fabricante em seu corpo. As demarcações devem ser claras e precisas não podendo apresentar falhas, manchas ou serem facilmente removidas. O produto acabado deve apresentar as seguintes dimensões mínimas: a maior espessura deve ter 1,6mm e a menor, na ponta do chanfro, deve apresentar 0,8mm. Comprimento com 310 mm e largura 24,5mm. Embaladas individualmente
27	35	COTA - Talco infantil, composto de talco, carbonato de magnésio, fragrância,, embalado em frasco de plástico com tampa dosadora, contendo a marca do fabricante, data de fabricação e de validade, frasco com 160 gramas. Apresentar amostra
28	610	COTA - Tesoura de ponta arredondada - cabo em polipropileno emborrachado e lâmina de corte de boa qualidade; espessura mínima de chapa: 1,0 mm A tesoura deve possuir corte limpo e eficiente, devendo vir afiada de fábrica. Os olhais da tesoura devem ter formato anatômico
29	240	COTA - Toalha de mão, 100% algodao, cor a definir.



PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO RAMALHO

CNPJ/MF n. 46.444.790/0001-03

www.joaoramalho.sp.gov.br

3 – PRAZO DE ENTREGA:

As entregas previstas deverão atender aos pedidos formulados pelo setor de compras atendendo ao setor solicitante, na data indicada no pedido.

4 – LOCAL DE ENTREGA:

A entrega do objeto da presente licitação, deverá ser efetuada na Rua Paulo de Azevedo, nº 320 – Centro, Secretaria Municipal de Educação e Cultura, em João Ramalho-SP.

5 – ITENS COTA

Só poderão participar da disputa dos itens de COTA as microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedor individual, sendo que trata-se de cota de até 25% do objeto, em atendimento ao art. 48, III da Lei Complementar 147/14.

6-AMOSTRA

Após a empresa ser declarada vencedora ela deverá apresentar amostra dos itens 1, 5, 7, 8, 9, 13, 16, 20 e 27.



PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO RAMALHO
CNPJ/MF n. 46.444.790/0001-03
www.joaoramalho.sp.gov.br

ANEXO II

MODELO DE DECLARAÇÃO DE PLENO ATENDIMENTO

D E C L A R A Ç Ã O

A
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO RAMALHO

Processo Licitatório nº. _/20____
Pregão Presencial nº. _/20____

(Razão Social da Empresa), estabelecida na (endereço completo), inscrita no CNPJ nº _ _ , nesta ao representada pelo seu (representante/sócio/procurador), no uso de suas atribuições legais, vem:

DECLARAR, para fins de participação no Processo Licitatório em pauta, sob as penas da Lei, que atende plenamente aos requisitos de habilitação exigidos.

Por ser expressão da verdade, assina a presente.

_____, _____ de _____ de 20____

Razão Social da Empresa
Nome do responsável/procurador
Cargo do responsável/procurador
Nº. do documento de identidade



PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO RAMALHO

CNPJ/MF n. 46.444.790/0001-03

www.joaoramalho.sp.gov.br

ANEXO III

MODELO DE DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO

DECLARAÇÃO

A

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO RAMALHO

Processo Licitatório nº. /20_____

Pregão Presencial nº. /20_____

(Razão Social da Empresa), estabelecida na (endereço completo), inscrita no CNPJ nº, nesta ao representada pelo seu (representante/sócio/procurador), no uso de suas atribuições legais, vem:

DECLARAR, para fins de participação no Processo Licitatório em pauta, sob as penas da Lei, que inexistente qualquer fato impeditivo à sua participação na licitação citada, que não foi declarada inidônea e não está impedida de contratar com o Poder Público de qualquer esfera, ou suspensão de contratar com a Administração, e que se compromete a comunicar qualquer ocorrência de fatos supervenientes.

Por ser expressão da verdade, assina a presente.

_____, _____ de _____ de 20____

Razão Social da Empresa
Nome do responsável/procurador
Cargo do responsável/procurador
Nº. do documento de identidade



PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO RAMALHO

CNPJ/MF n. 46.444.790/0001-03

www.joaoramalho.sp.gov.br

ANEXO IV

**MODELO DE DECLARAÇÃO DE REGULARIDADE PARA COM O MINISTÉRIO DO
TRABALHO**

DECLARAÇÃO

**A
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO RAMALHO**

Processo Licitatório nº. /20____
Pregão Presencial nº. /20____

(Razão Social da Empresa), estabelecida na (endereço completo), inscrita no CNPJ nº, nesta ao representada pelo seu (representante/sócio/procurador), no uso de suas atribuições legais, vem:

DECLARAR, para fins de participação no Processo Licitatório em pauta, sob as penas da Lei, que está em situação regular perante o Ministério do Trabalho, no que se refere à observância do disposto no inciso XXXIII, do Artigo 7º, da Constituição Federal, e, para fins do disposto no inciso V, do artigo 27, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1.993, acrescido pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1.999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ().

Por ser expressão da verdade, assina a presente.

_____, _____ de _____ de 20____

Razão Social da Empresa
Nome do responsável/procurador
Cargo do responsável/procurador
Nº. do documento de identidade



PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO RAMALHO

CNPJ/MF n. 46.444.790/0001-03

www.joaoramalho.sp.gov.br

ANEXO V

DECLARAÇÃO

A

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO RAMALHO

Processo Licitatório nº. ____/20____
Pregão Presencial nº. ____/20____

(Razão Social da Empresa), estabelecida na (endereço completo), inscrita no CNPJ nº, nesta ao representada pelo seu (representante/sócio/procurador), no uso de suas atribuições legais, vem:

DECLARAR, para fins de participação no Processo Licitatório em pauta, sob as penas da Lei, estar enquadrado como _____ (micro empresa ou empresa de pequeno porte) nos termos da Lei Complementar 123/06.

Por ser expressão da verdade, assina a presente.

_____, _____ de _____ de 20____

Razão Social da Empresa
Nome do responsável/procurador
Cargo do responsável/procurador
Nº. do documento de identidade



PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO RAMALHO

CNPJ/MF n. 46.444.790/0001-03

www.joaoramalho.sp.gov.br

ANEXO VI

MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS

Local e Data.

À Prefeitura do Município de João Ramalho
Edital de Pregão Presencial nº /20_.

Item	Quant.	Discriminação	Marca	V. Unit.	V. Total
				Total	

- O prazo da validade da proposta de preços é de XXXXXXXX dias, que será contado a partir da data da entrega da proposta. Na contagem do prazo excluir-se-á o dia de início e incluir-se-á o dia do vencimento.
- As condições para pagamento: até 30 (trinta) dias.
- Declaro que nos preços propostos encontram-se incluídas todas as despesas diretas e indiretas, tributos incidentes, encargos sociais, previdenciários, trabalhistas e quaisquer outros ônus que porventura possam recair sobre a prestação dos serviços do objeto da presente licitação;
- Declaro ainda estar de acordo e ciente com todas as exigências estipulada em Edital.

Atenciosamente,

Nome e Assinatura do Representante Legal
CNPJ da Empresa



PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO RAMALHO

CNPJ/MF n. 46.444.790/0001-03

www.joaoramalho.sp.gov.br

ANEXO VII

MINUTA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Pela presente **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**, onde de um lado a **PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO RAMALHO**, inscrita no CNPJ nº 46.444.790/0001-03 com sede na Rua Benedito Soares Marcondes, nº. 300 - Centro, na cidade de João Ramalho - SP, neste ato representada pelo Senhor Prefeito Municipal, o Senhor **WAGNER MATHIAS**, portador da cédula de identidade RG nº _____ - SSP/SP e do CPF nº _____, doravante denominado **ÓRGÃO GERENCIADOR**, e de outro lado a empresa _____, inscrita no CNPJ nº _____, com sede na Rua _____, nº _____, bairro _____, município de _____ - SP, neste ato representada pelo seu sócio, o Senhor _____, portador do RG nº _____ SSP/SP, e do CPF nº _____, adjudicatário do **PREGÃO PRESENCIAL Nº /20**, doravante denominada **DETENTORA DA ATA**, resolvem **REGISTRAR OS PREÇOS**, com integral observância da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, bem como a também Lei Federal nº 10.520/02, nos termos e condições das cláusulas a seguir expostas:

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

1.1 O objeto desta **ATA** é o **REGISTRO DE PREÇOS DE KIT ESCOLAR**, visando aquisições Secretária de Educação e Cultura, CONFORME ANEXO I e Edital do Pregão /20, que passa a fazer parte, para todos os efeitos, deste INSTRUMENTO.

CLÁUSULA SEGUNDA – VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1 A presente Ata de Registro de Preços terá validade por 12 (doze) meses, a partir de sua publicação.

– O preço é fixo e irrevogável, garantindo-se, todavia, a manutenção do equilíbrio econômico financeiro, nos termos do Artigo 65, da Lei Federal nº 8.666/93 e alterações posteriores.

- Considerando que os preços dos itens podem sofrer alterações tanto para mais quanto para menos, obriga-se a contratada a informar no caso de redução do preço, de modo a evitar prejuízos a Administração Pública.

2.3 Mesmo comprovado a ocorrência de situação prevista na alínea “d”, do inciso II do art. 65 da Lei nº 8.666/93, a Administração, se julgar conveniente, poderá optar por cancelar a Ata e iniciar outro processo Licitatório.

CLÁUSULA TERCEIRA – LEGISLAÇÃO APLICÁVEL E DA VINCULAÇÃO DO CONTRATO

A legislação aplicável a este Contrato é a constante da Lei Federal nº 10.520/2002 e a Lei Federal nº 8.666/1993 e suas alterações e demais disposições aplicáveis a Licitação e Contratos Administrativos, bem como as Cláusulas deste instrumento e, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

Os casos omissos que se tornarem controvertidos em face das cláusulas da presente Ata de Registro de Preços serão resolvidos segundo os princípios jurídicos aplicáveis, por despacho fundamentado por assessor jurídico desta municipalidade.



PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO RAMALHO

CNPJ/MF n. 46.444.790/0001-03

www.joaoramalho.sp.gov.br

Integram esta Ata de Registro de Preços, o Edital de Pregão Presencial nº /20_ e seus anexos, Proposta de Preços Escrita, de cujo inteiro teor as partes declaram ter conhecimento e aceitam.

Após a assinatura desta Ata de Registro de Preços, toda comunicação entre o ÓRGÃO GERENCIADOR e a DETENTORA DA ATA será feita através de correspondência devidamente protocolada.

CLÁUSULA QUARTA–SUBORDINAÇÃO ÀS NORMAS LEGAIS E CONTRATUAIS

4.1 As partes se declaram sujeitas às normas previstas à Lei Federal nº 10.520/2002, Lei Federal nº 8.666/93, ao Edital de Pregão Presencial nº _ /_ e às cláusulas expressas nesta Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA QUINTA – DO REGISTRO DE PREÇOS

Este instrumento de registro de preços não obriga a Administração a firmar as contratações com a Detentora da Ata, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios, assegurados, nesta hipótese, a preferência do beneficiário do registro em igualdade de condições, nos termos do parágrafo quarto, artigo 15, da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

O registro de preços poderá ser suspenso ou cancelado no interesse da Administração e nas hipóteses dos artigos 77 e 78, da Lei Federal nº 8.666/93, ou a pedido justificado do interessado, presente às razões orientadas pela Teoria da Imprevisão.

A Detentora da Ata deverá manter, enquanto vigorar o registro de preços e em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Pregão Presencial nº /20 - Processo Licitatório nº /20 .

A presente ata está vinculado à proposta da DETENTORA DA ATA e ao processo nº /20 .

CLÁUSULA SEXTA – FORNECIMENTO

O objeto da presente licitação deverá ser fornecido parceladamente de acordo com a necessidade e solicitação do Setor competente.

O objeto, será solicitado, durante o período de vigência da ata de registro de preços, através de telefone ou e-mail e mediante emissão de requisição do setor de compras;

Após requisição de compra, a DETENTORA DA ATA terá um prazo de 10 (dez) dias corridos, a contar do recebimento do pedido, para efetuar o fornecimento da mercadoria solicitada.

Na hipótese de substituição, a DETENTORA DA ATA deverá fazê-la em conformidade com a indicação da Administração, no prazo máximo de 05 (cinco) dia úteis, contados da notificação por escrito, mantido o preço inicialmente contratado;

Se disser respeito à diferença de quantidade ou de partes, determinar sua complementação ou rescindir a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis;



PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO RAMALHO

CNPJ/MF n. 46.444.790/0001-03

www.joaoramalho.sp.gov.br

Na hipótese de complementação, a Detentora da Ata deverá fazê-la em conformidade com a indicação do Órgão Gerenciador, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados da notificação por escrito, mantido o preço inicialmente contratado.

A entrega do objeto da presente licitação, deverá ser efetuada na Rua Clovis Dias Valentines, nº 384 – Centro, Almoixerifado, Secretaria Municipal de Planejamento, Obras e Serviços de Infra-Estrutura, em João Ramalho-SP

O avençado não poderá ser objeto de cessão ou transferência pela DETENTORA DA ATA, sem autorização por escrito do ÓRGÃO GERENCIADOR, sob pena de aplicação de penalidades e sanções, inclusive rescisão.

Em nenhuma hipótese será admitido o atraso no fornecimento do objeto contratado.

A DETENTORA DA ATA terá de cumprir o prazo de entrega pactuado e:

- a) Garantir a boa qualidade dos produtos fornecidos;

CLÁUSULA SÉTIMA – FISCALIZAÇÃO

No desempenho de suas atividades, é assegurado ao órgão fiscalizador o direito de verificar a perfeita execução do presente ajuste em todos os termos e condições.

A ação ou omissão total ou parcial do órgão fiscalizador não eximirá a DETENTORA DA ATA da responsabilidade de executar a Ata de Registro de Preços com toda cautela e boa técnica.

Verificada a ocorrência de irregularidade no cumprimento da Ata, a Fiscalização tomará as providências legais e contratuais cabíveis, inclusive quanto à aplicação das penalidades previstas na presente Ata de Registro de Preços e na Lei Federal nº 8.666/93 e alterações posteriores.

A fiscalização por parte do ÓRGÃO GERENCIADOR não eximirá ou reduzirá em nenhuma hipótese, as responsabilidades da empresa contratada em eventual falta que venha a cometer, mesmo que não indicada pela fiscalização.

CLAUSULA OITAVA – DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS

8.1 As despesas decorrentes das futuras aquisições, correrão à conta da dotação específica, a saber:

12365004120330000 MANUT, EDUCAÇÃO INFANTIL-CRECHE
278 33.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO ED 0.01.00-210 000
279 3.3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO 0.05.00-210 000
12365004120330001 QMSE
283 3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO 0.05.00-210 000
12365004120760000 MANUT. ENSINO INFANTIL PRÉ ESCOLA
291 3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO 0.01.00-210 000
292 3.3.90.3000 MATERIAL DE CONSUMO 0.05.00-210 000
12365004120760001 QMSE
295 3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO 0.05.00-210 000
12361004220290000 MANUT. ENSINO FUNDAMENTAL
312 3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO 0.01.00-220 000
313 3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO 0.02.00-220 000
12361004220290001 QMSE



PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO RAMALHO

CNPJ/MF n. 46.444.790/0001-03

www.joaoramalho.sp.gov.br

318 3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO 0.05.00-220 000
12361004220400000 MANUT. ENSINO FUNDAMENTAL 40% - FUNDEB
328 3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO 0.05.00-220 000
12361004120420000 MANUT. ENSINO INFANTIL CRECHE 40% - FUNDEB
339 3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO 0.02.00-262 000
12365004120630000 MANUTENÇÃO ENSINO INFANTIL PRÉ-ESCOLA 40% FUNDEB
349 3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO 0.02.00-262 000

CLÁUSULA NONA – PREÇO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

Fica registrado o percentual de desconto abaixo para os itens:

xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx

De conformidade com a disponibilidade de recursos financeiros, a Administração projetará prazos de pagamento para até 30 (trinta) dias a partir da data de entrega da nota(s) fiscal(is) / Fatura(s) devidamente atestada(s) pelo Setor Competente.

A Prefeitura Municipal de João Ramalho efetuará os pagamentos na Modalidade Transferência Bancária através de DOC (Documento de Ordem de Crédito / TED (Transferência Eletrônica Disponível) em nome da Contratada, exclusivamente no Banco do Brasil.

Em eventuais atrasos no pagamento, quando por culpa da Prefeitura Municipal, o valor devido será atualizado, da data de vencimento à do efetivo pagamento, pela variação da TR – Taxa referencial, calculada pro rata die.

CLÁUSULA DÉCIMA – VIGÊNCIA

10.1 A presente **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS** terá vigência por 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua publicação.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

– A licitante, que convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar a ata, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com o Poder Público, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste contrato e das demais cominações legais.

– A recusa injustificada do adjudicatário em assinar a ata, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-se, sem prejuízo das demais sanções previstas nos incisos III e IV, do artigo 87, da Lei nº. 8.666/93, e multa pecuniária de 50% (cinquenta por cento) sobre o valor da obrigação não cumprida.

– Pela inexecução total ou parcial da Ata de Registro de Preços a Prefeitura poderá, garantida a defesa prévia, aplicar à Contratada as seguintes sanções:

– advertência;



PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO RAMALHO

CNPJ/MF n. 46.444.790/0001-03

www.joaoramalho.sp.gov.br

- multa indenizatória pecuniária de 10% (dez por cento) sobre o valor da obrigação não cumprida;
- suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 02 (dois) anos.
- declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a DETENTORA DA ATA ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no subitem 11.3.3 desta Cláusula.
- as sanções previstas acima, poderão ser aplicadas cumulativamente, facultada a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, nos seguintes prazos:
 - das sanções estabelecidas no item 11.3, subitens 11.3.1, 11.3.2 e 11.3.3, no prazo de 05 (cinco) dias úteis da intimação da Contratada;
 - da sanção estabelecida no item 11.3, subitem 11.3.4, no prazo de 10 (dez) dias da abertura de vista, podendo ser requerida a reabilitação 02 (dois) anos após a aplicação da pena.
 - O atraso injustificado no fornecimento, sem prejuízo do disposto no parágrafo primeiro do artigo 86, da Lei nº 8.666/93, sujeitará a contratada à multa de mora, calculada na proporção de 1% (um por cento) ao dia, sobre o valor da obrigação não cumprida.
 - Tudo o que for fornecido incorretamente e, portanto não aceito, deverá ser substituído por outro, na especificação correta, no prazo previsto no item 6.4 deste Contrato;

11.5.1 – a não ocorrência de substituição no prazo definido, ensejará a aplicação da multa definida no item 11.3 e subitens deste Contrato.

- As sanções previstas nos itens 11.1, 11.2, 11.3, 11.4 e subitens poderão ser aplicados cumulativamente de acordo com circunstâncias do caso concreto.
- O valor da multa será automaticamente descontado de pagamento a que a contratada tenha direito, originário de fornecimento anterior ou futuro;
- não havendo possibilidade dessa forma de compensação, o valor da multa, atualizado, deverá ser pago pelo inadimplente na Tesouraria Municipal, na condição “à vista”. Na ocorrência do não pagamento, o valor será cobrado judicialmente.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

A presente ata poderá ser CANCELADA pelos motivos previstos nos art. 77, 78 e 79, da Lei nº 8.666/93 e suas alterações.

O CANCELAMENTO acarretará, independentemente de qualquer procedimento judicial ou extrajudicial por parte do ÓRGÃO GERENCIADOR, a retenção dos créditos decorrentes desta Ata de Registro de Preços, limitada ao valor dos prejuízos causados, além das sanções previstas neste ajuste, até a completa indenização dos danos.



PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO RAMALHO

CNPJ/MF n. 46.444.790/0001-03

www.joaoramalho.sp.gov.br

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA- NOVAÇÃO

13.1 A não utilização, por qualquer das partes, dos direitos a elas assegurados nesta ata de Registro de Preços e na Lei em geral e não aplicação de quaisquer sanções neles previstas não importa em novação a seus termos, não devendo, portanto, ser interpretada como renúncia ou desistência de aplicação ou de ações futuras sendo que todos os recursos postos à disposição do ÓRGÃO GERENCIADOR serão considerados como cumulativos e não alternativos, inclusive em relação a dispositivos legais.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – ALTERAÇÕES

14.1 A presente Ata de Registro de Preços poderá ser alterado para ajuste de condições supervenientes que impliquem em modificações nos casos previstos nos Diplomas Legais pertinentes à matéria.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – FORO

Fica eleito o Foro da Comarca de Quatá – SP, como o único capaz de conhecer e dirimir as dúvidas e litígios do presente instrumento e seu objeto.

E por estarem justas e contratadas, as partes assinam a presente ata de registro de preços para os fins de direito, na presença das testemunhas abaixo.

João Ramalho, xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx

XXXXXXXXXXXXX
PREFEITO MUNICIPAL

XXXXXXXXXXXXX
Contratada

XXXXXXXXXXXXX

XXXXXXXXXXXXX



PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO RAMALHO

CNPJ/MF n. 46.444.790/0001-03

www.joaoramalho.sp.gov.br

TERMO DE CIÊNCIA E DE NOTIFICAÇÃO **CONTRATOS OU ATOS JURÍDICOS ANÁLOGOS**

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JOÃO RAMALHO

CONTRATADA:

A.R.P N° (DE ORIGEM):

OBJETO:

ADVOGADO(S): (*)

Na qualidade de Contratante e Contratado, respectivamente, do Termo acima identificado, e, cientes do seu encaminhamento ao TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO, para fins de instrução e julgamento, damo-nos por CIENTES e NOTIFICADOS para acompanhar todos os atos da tramitação processual, até julgamento final e sua publicação e, se for o caso e de nosso interesse, para, nos prazos e nas formas legais e regimentais, exercer o direito da defesa, interpor recursos e o mais que couber.

Outrossim, estamos CIENTES, doravante, de que todos os despachos e decisões que vierem a ser tomados, relativamente ao aludido processo, serão publicados no Diário Oficial do Estado, Caderno do Poder Legislativo, parte do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, de conformidade com o artigo 90 da Lei Complementar Estadual n° 709, de 14 de janeiro de 1993, precedidos de mensagem eletrônica aos interessados.

LOCAL e DATA:

CONTRATANTE

Nome e cargo: WAGNER MATHIAS - Prefeito Municipal

E-mail institucional: gabinete@joaoramalho.sp.gov.br

E-mail pessoal: wmathias1515@gmail.com

Assinatura: _____

CONTRATADA

Nome e cargo:

E-mail institucional:

E-mail pessoal:

Assinatura: _____

() Facultativo*